

PROCESSO - A. I. Nº 210550.0007/18-5
RECORRENTE - MODA 20 COMÉRCIO VAREJISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS EIRELI
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 1ª JFJ nº 0011-01/19
ORIGEM - INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 25/03/2021

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0015-11/21-VD

EMENTA: ICMS. SIMPLES NACIONAL. 1. RECOLHIMENTO A MENOR. 2. FALTA DE RECOLHIMENTO. OMISSÃO DE SAÍDAS. a) OMISSÃO DE RECEITA; b) VENDAS COM CARTÃO DE CRÉDITO / DÉBITO. Autuado alegou que o imposto exigido neste Auto de Infração foi objeto de parcelamento junto à Receita Federal. Constatado que a data do parcelamento ocorreu após a data considerada como de início da ação fiscal que culminou com o presente lançamento de ofício. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário, contra a decisão de piso que julgou Procedente o Auto de Infração em lide, lavrado em 25/06/2018, formaliza a exigência de crédito tributário no valor de R\$30.153,35, em decorrência das seguintes infrações imputadas ao autuado:

Infração 01 (17.02.01) – efetuou recolhimento a menor de ICMS declarado referente ao regime do Simples Nacional, implicando, desta forma, em não recolhimento de parte do ICMS, devido a erro na informação da receita e/ou alíquota aplicada a menor, ocorrido de novembro de 2016 a dezembro de 2017, sendo exigido ICMS no valor de R\$2.306,56, acrescido de multa de 75%, nos termos do art. 35 da Lei Complementar nº 123/06 e do inciso I do art. 44 da Lei Federal nº 9.430/96;

Infração 02 (17.03.12) – omissão de receita apurada através de levantamento fiscal, sem dolo, ocorrido de fevereiro de 2016 a outubro de 2017, sendo exigido ICMS no valor de R\$19.529,33, acrescido de multa de 75%, nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei Complementar nº 123/06 e do inciso I do art. 44 da Lei Federal nº 9.430/96;

Infração 03 (17.03.16) – omissão de saída de mercadoria tributada, presumida por meio de levantamento de venda com pagamento efetuado com cartão de crédito ou débito, em valor inferior ao informado por instituição financeira e administradora de cartões, ocorrido nos meses de janeiro de 2016 e novembro e dezembro de 2017, sendo exigido ICMS no valor de R\$8.317,46, acrescido de multa de 75%, nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei Complementar nº 123/06 e do inciso I do art. 44 da Lei Federal nº 9.430/96.

Após a devida instrução processual, assim decidiu a 1ª JFJ:

VOTO

Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

O presente Auto de Infração, exige ICMS em decorrência de constatação de omissão de receita, e consequentemente, por erro na aplicação da alíquota na apuração do imposto devido.

O autuado se defende informando que regularizou as divergências apontadas pela SEFAZ no relatório denominado “divergências apuradas PGDAS x TEF”, recebido antes do início da ação fiscal, por meio de retificação das declarações e parcelamento do débito, conforme documentos às fls. 30 e 31.

A autuante reconhece que todos os débitos elencados neste Auto de Infração constam no parcelamento anexado pelo autuado às fls. 30 e 31, mas afirma que tal parcelamento foi celebrado após o início da ação fiscal.

Da análise dos documentos acostados às fls. 30 e 31, constatei que o parcelamento foi celebrado junto à Receita Federal no dia 07/06/2018. Já na intimação para apresentação de livros e documentos (fl. 04), que caracterizou o início da ação fiscal, consta que a data de postagem foi 18/05/2018, e a data de ciência em 05/06/2018.

A data de ciência correspondeu à data considerada como de acesso realizado pelo autuado à comunicação, em decorrência do decurso do prazo estabelecido pelo parágrafo único, do art. 127-D da Lei nº 3.956/81, para que a intimação fosse acessada.

Desse modo, não há como considerar que o parcelamento junto à Receita Federal, realizado pelo autuado em 07/06/2018, possui o caráter de denúncia espontânea.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA do auto de infração, devendo ser homologado os pagamentos efetuados pelo autuado que correspondem aos reclamados neste PAF, nos termos dos recibos anexados às fls. 30 e 31.

Irresignado, o sujeito passivo interpôs o presente recurso objetivando a reapreciação da decisão de piso, com base no que alega:

Salienta que após a cientificação da autuação datada em 17 de maio de 2018, procedeu com as devidas retificações dos valores no dia 21 de maio de 2018, respeitando o prazo estipulado pelo órgão responsável. Afirma a juntada dos recibos dos lançamentos feitos no PGDAS-D, nos quais consta a referida data.

Reitera que os devidos lançamentos foram feitos e, posteriormente, foi realizado parcelamento no portal do SIMPLES NACIONAL, para sanar os débitos fiscais.

Informa que a regularização foi feita através dos parcelamentos: o convencional e o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional (PERT-SN).

Afirma que, conforme descrito no art. 2º, procedeu com o parcelamento dos débitos do período de 02/2016 a 10/2017, os quais foram incluídos de forma automática pelo portal do SIMPLES NACIONAL. Para os períodos restantes (12/2017 a 04/2018) utilizou o parcelamento convencional, do mesmo portal, já que o PERT-SNA apenas abrangia os débitos até o mês de 12/2017.

Informa que só pode aderir em 07/06/2018, optando a empresa por aguardar o início de abertura de tal parcelamento por ser mais vantajoso, já que ocorre a possibilidade de redução de multas e juros do período em atraso.

Reafirma que houve o atendimento ao prazo de retificação dos lançamentos no PGDAS-D e também o interesse no parcelamento destes débitos.

Informa que também consta no auto que o período de janeiro/2016 foi lançado em valor inferior ao apresentado por instituição financeira e administradora de cartões, porém, a receita deste mês em questão foi retificada na data 01/02/2016, antes mesmo do início deste processo de fiscalização no valor de R\$15.900, o qual não está abaixo do valor apresentado pelas administradoras de cartão apresentada no auto como sendo no valor de R\$2.460,00, conforme recibo de lançamento anexado. Requer seja retirada também a multa de 75% sobre o valor deste período.

VOTO

A presente autuação, imputa ao sujeito passivo o cometimento de omissão de receita, bem como erro na aplicação de alíquota da apuração do imposto.

Em que pese as ponderações realizadas pelo contribuinte, sobre o atendimento ao prazo de retificação dos lançamentos no PGDAS-D, e também o interesse no parcelamento destes débitos, observa-se que a data de aderência ao parcelamento junto à Receita Federal, ocorreu em data posterior ao início da ação fiscal.

Como restou demonstrado pelos próprios documentos que compõem o processo, o parcelamento ocorreu em 07/06/2018, e a ciência do início do procedimento de fiscalização em 05/06/2018. Apesar de constar a data da leitura como 26/06/2018, a data de postagem ocorreu em 18/05/2018, devendo-se considerar a data da ciência e não da leitura, como determina o Código Tributário da Bahia, em seu art. 127-D, parágrafo único, III. Veja-se:

Art. 127-D. Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda o sujeito passivo de tributos estaduais por meio de portal de serviços na rede mundial de computadores, denominado Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e, sendo que:

Parágrafo único. A comunicação eletrônica nos termos deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais, observando-se o seguinte:

III - caso o acesso não seja realizado no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de seu envio, será considerada realizada no dia útil seguinte ao término desse prazo;

Ademais, o próprio art. 138, parágrafo único do CTN, determina que não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Ressalta-se, que deve ser homologado pela autoridade competente os pagamentos efetuados pelo autuado, relacionados ao parcelamento celebrado junto à Receita Federal em 07/06/2018, que tenham correspondência com os valores reclamados neste Auto de Infração.

Deste modo, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, mantendo integralmente a decisão de piso.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado, e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210550.0007/18-5**, lavrado contra **MODA 20 COMÉRCIO VAREJISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS EIRELI**, devendo ser intimado o recorrente, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$30.153,35**, acrescido de multa de 75%, previstas nos arts. 34 e 35 da Lei Complementar nº 123/06, c/c I, do art. 44 da Lei Federal nº 9.430/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado pela autoridade competente os pagamentos efetuados pelo autuado, relacionados ao parcelamento celebrado junto à Receita Federal em 07/06/2018, que tenham correspondência com os valores reclamados neste Auto de Infração.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 29 de janeiro de 2021.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

LAÍS DE CARVALHO SILVA – RELATORA

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS